

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2019.00006059-5

OBJETO: Averiguar a comercialização de morangos fora de conformidade pelo senhor Hueliton Ribeiro de Liz.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, neste instrumento representado por seu Promotor de Justiça titular da 6.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Lages, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor na Comarca de Lages/SC, e Hueliton Ribeiro de Liz, portador do CPF: 09121303932, com endereço a Serra dos Macedos, Interior, no município de Bocaina do Sul, Comarca de Lages/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo § 6.^o do art. 5.^o da Lei n.^o 7.347/85 e pela Lei Complementar Estadual n.^o 739/2019, têm entre si, justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei Federal n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o art. 91, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.^o 739/2019 definiu as ações para a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis como função institucional, facultando aos seus Membros a instauração das medidas administrativas que se fizerem necessárias;

CONSIDERANDO que o art. 5.^o, inciso XXXII, da Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Estado a promoção, na forma da lei, da defesa do consumidor, e ainda, que o art. 170, notadamente em seu inciso X, erige a defesa consumidor como princípio geral da atividade econômica;

CONSIDERANDO que o artigo 5.^o, inciso XXXII, da

Constituição da República Federativa do Brasil, impõe ao Estado a promoção, 'na forma da lei, a defesa do consumidor', e ainda, que o artigo 170, inciso V, erige como princípio constitucional a 'defesa do consumidor';

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo, prevista na Lei nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor (CDC), tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, na forma do artigo 4º, e seus incisos;

CONSIDERANDO que são direitos básicos do consumidor, dentre outros, 'a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos' e "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem' (art. 6º, incisos I e III, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6.º, prevê, como direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

CONSIDERANDO que o diploma legal supramencionado, em seu art. 31, preceitua que a 'oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade, origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores;

CONSIDERANDO que o senhor Hueliton Ribeiro de Liz, comercializou produtos como se orgânicos fossem;

CONSIDERANDO que o diploma legal supramencionado, em seu art. 31, preceitua que a 'oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua

portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade, origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores;

CONSIDERANDO que a conduta está apta a caracterizar, em tese, o crime contra relações de consumo previsto no artigo 7º, incisos II, III e VII, da Lei 8.137/1990, por vender mercadoria com embalagem ou composição em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial; por misturar gêneros de espécies diferentes, para vendê-los como puros; por induzir o consumidor a erro, por via de afirmação enganosa sobre a natureza e a qualidade do bem, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária; e o previsto no artigo 66 do Código de Defesa do Consumidor, que tipifica a conduta de fazer afirmação falsa ou enganosa sobre a quantidade do produto;

CONSIDERANDO, por fim, que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n.º 06.2019.00006059-7, instaurado com a finalidade de "*Averiguar a comercialização de morangos desconformes*", iniciado em virtude de fiscalização realizada pela CIDASC:

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – TAC**, com fulcro § 6º do art. 5º da Lei n.º 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir fielmente as normas vigentes relacionadas à manipulação, ao acondicionamento e às condições higiênico-sanitárias dos alimentos, em conformidade com atos regulamentadores expedidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela ANVISA, pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos do Ministério da Saúde e pelo Código de Defesa do Consumidor,

objetivando sempre a preservação da saúde do consumidor, notadamente:

1.1. acondicionar e manter os produtos com embalagem adequada, não expondo à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta;

1.2. não comercializar produtos com vício de quantidade em qualquer critério;

1.3. não comercializar produtos sem qualquer indicação qualitativa, informando na embalagem dos produtos produzidos pela empresa a correta composição dos ingredientes;

1.4. não comercializar produtos com indicação qualitativa não efetuada de forma clara, fácil e indelével, bem como em desacordo com a padronização qualitativa e nominal em vigor;

1.5. não expor à venda produtos que sem o devido registro no órgão público sanitário competente;

1.6. não vender produtos cujo rótulo deixe de apresentar a data de validade ou com prazo vencido;

1.7. não reaproveitar alimentos com prazo de validade vendido ou, ainda, inserir novos prazos de validade em produtos cujos termos estejam vencidos ou por vencer;

1.8. não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos, substâncias proibidas ou impurezas;

1.9. não comercializar produtos de procedência desconhecida ou adquiridos de estabelecimentos clandestinos ou que em seus rótulos atribua-se propriedades que o produto não contenha ou que não possa ser demonstrada;

2. não comercializar produtos que em suas embalagens contenham informações falsas ou que possam induzir o consumidor ao erro;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

Fica estabelecida, ainda, **multa compensatória** pelos prejuízos difusos causados pela **COMPROMISSÁRIO**, no valor de **R\$ 1.200,00** (mil e duzentos reais), em favor do Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, **em 6 (seis) parcelas com pagamento**

todo dia 15 de cada mês a partir de setembro de 2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa será recolhida em favor do Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante boleto bancário a ser expedido por esta Promotoria de Justiça, cujo comprovante deverá ser acostado aos autos em até 5 (cinco) dias após a data do vencimento, podendo ser encaminhado pelo e-mail lages06pj@pjsc.mp.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O descumprimento de qualquer dos itens estabelecidos neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta importará no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por ocorrência de fiscalização pelo Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola- CIDASC que encontre irregularidades quanto ao objeto deste TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA – COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Por sua vez, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** obriga-se a não adotar qualquer medida judicial, de cunho cível, contra o compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso venha a ser cumprido *in totum* o disposto neste ajuste de conduta.

CLÁUSULA QUARTA – Todas as cláusulas previstas neste instrumento têm aplicação imediata.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas alhures estabelecidas - incluindo a cláusula penal - ou a continuidade ilícita por parte da **COMPROMISSÁRIO**, facultará ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, bastando, para tanto, a prova da irregularidade pelo órgão fiscalizador competente.

CLÁUSULA SEXTA - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência dos signatários, diante de novas informações, ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Procedimento Administrativo eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do

Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CCO, e encaminhe-se cópia deste Ajuste aos órgãos fiscalizadores.

Nesta oportunidade, ainda, fica ciente o **COMPROMISSÁRIO** de que o presente procedimento será arquivado e posteriormente remetido ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Ajustamento de Conduta, em duas vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 19 do Ato n.º 335/2014.

Lages, 20 de agosto de 2020.

Neori Rafael Krah
Promotor de Justiça

Hueliton Ribeiro de Liz